

**IAOD da Deputada Loi I Weng em 13.08.2026****Coordenação interserviços para construir uma cidade inclusiva e livre de barreiras, conjugando múltiplos canais para aceder ao “último quilómetro” da deslocação**

O Governo anunciou, sucessivamente, as novas edições do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2026-2035) e do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Reabilitação (2026-2035). As duas iniciativas definem, respectivamente, “ambiente amigo e inclusivo dos idosos” e “construção de instalações livres de barreiras” como orientações centrais de desenvolvimento, o que demonstra plenamente que, em termos da concepção de topo, o Governo considera o ambiente livre de barreiras como um trabalho essencial em prol do “envelhecimento no próprio bairro do domicílio” e da “vida independente das pessoas com deficiência”. Mais, a adopção de uma estrutura flexível de “estratégia decenal, planos bienais” permite responder com agilidade ao envelhecimento da sociedade e à evolução tecnológica, pelo que a orientação da acção governativa merece reconhecimento.

No passado, a construção do ambiente livre de barreiras em Macau evidenciava “fragmentação” e falta de articulação entre as respectivas infra-estruturas. Parte das instalações não se adequa às necessidades reais dos utilizadores ou enfrenta problemas de manutenção inadequada, o que se traduz numa experiência de deslocação aquém do desejado para idosos e pessoas com deficiência. Com Macau prestes a entrar numa sociedade superenvelhecida, materializar efectivamente os objectivos de construção de instalações livres de barreiras definidos nos dois planos decenais tornou-se um passo relevante para a edificação de uma sociedade inclusiva. Neste sentido, apresento as seguintes três sugestões respeitantes à execução dos futuros trabalhos:

1. Articulação com a revisão do Plano Director, integração nos planos de pormenor, consolidação da articulação entre zonas e recolha de opiniões.

A construção de instalações livres de barreiras deve passar de “projectos pontuais” dispersos, centrados numa única rua, para uma “interligação de zonas”. Para se articular com o trabalho de alteração do Plano Director que o Governo está a desenvolver, proponho que as disposições e as normas das instalações livres de barreiras sejam expressamente incorporadas nos futuros “planos de pormenor” das diversas zonas de Macau, conferindo força legal. A curto prazo, os hospitais, as escolas e os centros modais de transporte podem servir de núcleos para o planeamento de percursos pedonais contínuos e nivelados; ao mesmo tempo, importa introduzir mecanismos de isenção flexível e de simplificação de aprovação para ultrapassar as limitações dos bairros antigos relativamente a rampas e promover a criação de lugares de estacionamento reservados e de zonas de tomada e largada de passageiros nas imediações das instituições de reabilitação e dos recintos públicos. Mais, proponho que, nas fases anterior, intermédia e posterior do planeamento, as pessoas com deficiência sejam regularmente convidadas a experimentar pessoalmente as instalações e a apresentar as suas opiniões, assegurando que estas “sejam bem construídas e, sobretudo, bem utilizáveis”.

2. Aproveitar a tecnologia inteligente em prol do planeamento por zonas e da diversificação dos serviços.

A tecnologia é a chave para aceder ao “último quilómetro” das instalações livres de barreiras. Na gestão urbana, proponho que as autoridades adoptem tecnologia de reconhecimento inteligente de imagens e de *drones* para inspeccionar automaticamente a deterioração dos equipamentos rodoviários, a falta de pisos tácteis ou a ocupação dos percursos livres de barreiras, funcionando igualmente como ferramenta de análise de dados reais para o planeamento das instalações livres de barreiras. Nos serviços de deslocação, podem ser tomadas como referência as experiências do Aeroporto Internacional de Hong Kong e do *West Kowloon Cultural District* para avançar com a aplicação de tecnologia de localização por *Bluetooth* de alta precisão, providenciando às pessoas com deficiência visual e a idosos guias áudio em espaços interiores e exteriores, com indicações claras da localização das instalações livres de barreiras e percursos nivelados sem escadas. Ao mesmo tempo, é de ponderar a promoção da “acessibilidade digital”, alargando a aplicação da tradução instantânea de texto por IA e da interpretação em língua gestual aos balcões públicos e aos espaços de exposição, prestando um apoio abrangente e adequado em matéria de acessibilidade para pessoas com necessidades diversas.

3. Reforçar os mecanismos de cooperação e de incentivo, assumindo o papel de liderança na criação de um ambiente social inclusivo.

A optimização do ambiente livre de barreiras exige a participação de toda a sociedade. Espero que o Governo, através da criação de plataformas de cooperação e de mecanismos como prémios ou certificações empresariais, incentive as grandes empresas a integrar, activamente, a construção de instalações livres de barreiras nos seus planos de desenvolvimento sustentável, assumindo um papel de liderança na criação de espaços demonstrativos adequados a todas as idades. Proponho ainda que o Governo, em colaboração com as empresas, promova as normas de acessibilidade em websites oficiais, aplicações e terminais automáticos e que, mediante a organização conjunta de acções de formação para o pessoal da linha da frente e a criação de postos de trabalho inclusivos, confira responsabilidade social às empresas, liderando a criação de um ambiente social de respeito e inclusão e construindo, em conjunto, um belo lar e inclusivo, livre de barreiras.